

16° SIMULADO

TJRJ

TÉCNICO DE ATIVIDADE JUDICIÁRIA
PÓS-EDITAL



Estratégia
Concursos

Simulado Especial

16º Simulado TJ-RJ

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso do TJ-RJ;
- 2 – A prova contém **60 itens** que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora CEBRASPE/CESPE, com questões de múltipla escolha A, B, C, D, E.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8:30 às 13:00** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – Esse simulado é uma auto avaliação! Você mesmo(a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK – <https://bit.ly/Simulado-TJRJ-Técnico-28-06-20>

- | | | |
|----------------|----------------|----------------|
| 01 – A B C D E | 21 – A B C D E | 41 – A B C D E |
| 02 – A B C D E | 22 – A B C D E | 42 – A B C D E |
| 03 – A B C D E | 23 – A B C D E | 43 – A B C D E |
| 04 – A B C D E | 24 – A B C D E | 44 – A B C D E |
| 05 – A B C D E | 25 – A B C D E | 45 – A B C D E |
| 06 – A B C D E | 26 – A B C D E | 46 – A B C D E |
| 07 – A B C D E | 27 – A B C D E | 47 – A B C D E |
| 08 – A B C D E | 28 – A B C D E | 48 – A B C D E |
| 09 – A B C D E | 29 – A B C D E | 49 – A B C D E |
| 10 – A B C D E | 30 – A B C D E | 50 – A B C D E |
| 11 – A B C D E | 31 – A B C D E | 51 – A B C D E |
| 12 – A B C D E | 32 – A B C D E | 52 – A B C D E |
| 13 – A B C D E | 33 – A B C D E | 53 – A B C D E |
| 14 – A B C D E | 34 – A B C D E | 54 – A B C D E |
| 15 – A B C D E | 35 – A B C D E | 55 – A B C D E |
| 16 – A B C D E | 36 – A B C D E | 56 – A B C D E |
| 17 – A B C D E | 37 – A B C D E | 57 – A B C D E |
| 18 – A B C D E | 38 – A B C D E | 58 – A B C D E |
| 19 – A B C D E | 39 – A B C D E | 59 – A B C D E |
| 20 – A B C D E | 40 – A B C D E | 60 – A B C D E |

PORTUGUÊS

Felipe Luccas

TEXTO I

Criado pela Emenda Constitucional de nº 45, de 30 de dezembro de 2004, e instalado em 14 de junho de 2005, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) nasceu com a finalidade de controlar a atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e o cumprimento dos deveres funcionais dos juízes. Em 2020, ano em que completa 15 anos de funcionamento, o órgão teve o desafio de coordenar a resposta do Poder Judiciário aos desafios impostos pelo avanço da Covid-19 no país.

Coube ao CNJ, através da Portaria 53, de 12 de março de 2020, e da Recomendação 63, de 17 de março de 2020, instaurar o trabalho remoto durante a quarentena da COVID-19 para atividades judiciais com a realização de audiências, sessões e reuniões por videoconferência. Posteriormente, o órgão decidiu estender o trabalho remoto por tempo indeterminado com a publicação da Portaria 77/2020.

E as medidas de combate ao avanço da Covid-19 têm se mostrado acertadas. Conforme dados do órgão nesse período, foram produzidas 4.930.897 sentenças e acórdãos, o que inclui as de primeiro grau e as decisões terminativas e acórdãos de segundo grau nos tribunais, sem falar nos 12,5 milhões de despachos expedidos e 7,7 milhões de decisões tomadas em processos em curso.

Além de abrir sindicâncias e julgar processos administrativos envolvendo magistrados por meio da Corregedoria Nacional de Justiça, o CNJ tem se destacado por sua atuação no avanço tecnológico do Judiciário e na defesa de bandeiras fundamentais para a sociedade brasileira, como o combate à violência contra a mulher, a conciliação, a mediação, as políticas públicas no sistema carcerário e o incentivo à adoção.

Dinâmica, a entidade tem se mostrado preparada para atuar em questões típicas de nosso tempo, como a regulamentação da participação política de magistrados nas redes sociais durante as campanhas eleitorais. O CNJ completa 15 anos dando prontas respostas para desafios inimagináveis no ano de sua fundação. Hoje inimaginável também seria o Poder Judiciário brasileiro sem a entidade.

<https://www.conjur.com.br/2020-jun-14/conselho-nacional-justica-faz-15-anos-neste>

01. De acordo com o texto,

- a) os magistrados possuem suas finanças pessoais monitoradas pelo Conselho Nacional de Justiça.
- b) O CNJ funciona também como tribunal eleitoral, quando atua na regulamentação de campanhas.
- c) o incentivo à adoção e à conciliação foram também razões para a criação do CNJ.
- d) a fiscalização da conduta funcional dos juízes está no escopo das funções do CNJ.
- e) o CNJ foi criado e instalado em 2004, por força de Emenda Constitucional.

02. Depreende-se das informações do texto I que

- a) o trabalho remoto foi tornado permanente por razão da quarentena da COVID-19.
- b) a Portaria 77/2020 extinguiu o atendimento presencial nos tribunais.
- c) os números apresentados no terceiro parágrafo são considerados positivos.
- d) a Corregedoria Nacional de Justiça julga os magistrados em casos de violência contra a mulher.
- e) o CNJ resolveu manter o trabalho remoto em virtude de sua maior dinamicidade.

03. Mantendo-se a correção gramatical e os sentidos originais, o segmento “nasceu com a finalidade de” (1º parágrafo) poderia ser substituído por

- a) “surgiu afim de”
- b) “foi criado para”
- c) “existe com vistas à”
- d) “tem intuito de”
- e) “visa a”

04. Considerando as relações coesivas do texto, é correto afirmar que

- a) “o órgão” (1º parágrafo) é termo de caráter geral que se refere a “CNJ”.
- b) a sigla CNJ entre parênteses (1º parágrafo) sintetiza o referente já mencionado Corregedoria Nacional de Justiça.
- c) em “foram produzidas” (3º parágrafo), o referente da locução está implícito.
- d) no último período do texto, “a entidade” retoma genericamente “Poder Judiciário”.
- e) a exemplificação trazida no quarto parágrafo é meramente taxativa.

05. A correção gramatical do texto I seria mantida caso se substituísse

- a) “têm” (3º parágrafo) por **tem**
- b) “se mostrado” (3º parágrafo) por **mostrado-se**
- c) “produzidas” (3º parágrafo) por **produzidos**
- d) “através” (2º parágrafo) por **por meio de**
- e) “tem se destacado” (4º parágrafo) por **vêm se destacando**.

06. Manteria a correção gramatical e os sentidos originais a supressão da vírgula

- a) após “2020” (1º parágrafo)
- b) após “Dinâmica” (5º parágrafo)
- c) após “funcionamento” (1º parágrafo)
- d) após “período” (3º parágrafo)
- e) após “Posteriormente” (2º parágrafo)

07. O vocábulo “bandeiras” (4º parágrafo) foi empregado com sentido de

- a) causas
- b) conquistas
- c) méritos
- d) retrocessos
- e) prioridades

08. A correção e os sentidos do texto I seriam preservados se o termo “em que” (1º parágrafo) fosse substituído por

- a) que.
- b) onde.
- c) cujo.
- d) em cujo.
- e) quando.

09. A partícula “as” em “inclui as de primeiro grau” (3º parágrafo) classifica-se como

- a) pronome demonstrativo, equivalente a “aquelas”
- b) pronome oblíquo, retomando “sentenças”
- c) preposição ligada ao complemento de “inclui”
- d) pronome relativo, substituível por “às quais”
- e) artigo definido ligado a palavra elíptica

10. A palavra “período” é acentuada pela mesma regra que

- a) juízes
- b) judiciário
- c) órgão
- d) tecnológica
- e) através

LEGISLAÇÃO ESPECIAL (ITENS 1 E 4)

Marcos Girão

11. Acerca do que dispõe o texto da LODERJ, marque a alternativa incorreta:

- a) O Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro exerce com independência a função jurisdicional e tem as garantias de autonomia administrativa e financeira, observadas a Constituição da República, a Constituição do Estado do Rio de Janeiro e as leis.
- b) Todas as decisões judiciais e administrativas dos órgãos do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro serão motivadas e os julgamentos públicos, ressalvadas as exceções previstas na Constituição da República.

- c) O Tribunal de Justiça, com sede na Capital e jurisdição em todo o território do Estado, compõe-se de 150 Desembargadores.
- d) O Tribunal de Justiça manterá a Justiça Itinerante, incumbida de prestações jurisdicionais a serem definidas por ato normativo do Tribunal de Justiça.
- e) Os cargos de Desembargador, Juiz de Direito e Juiz Substituto serão providos por ato do Presidente do Tribunal de Justiça ou do Governador do Estado, na forma e nos casos estabelecidos pelas Constituições da República e do Estado.

12. Quanto a divisão territorial, conforme a LODERJ, está incorreta a seguinte alternativa:

- a) As situações decorrentes da modificação ocorrida na divisão política e administrativa do Estado serão reguladas na alteração da organização e divisão judiciárias que se seguir, sendo suspensas as já existentes.
- b) O território do Estado, para efeito da administração do Poder Judiciário, divide-se em Regiões Judiciárias, Comarcas, Distritos, Subdistritos, Circunscrições e Zonas Judiciárias.
- c) Cada Comarca compreenderá um ou mais Municípios, desde que contíguos.
- d) As Regiões Judiciárias serão integradas por grupos de Comarcas ou Varas, conforme resolução do Tribunal de Justiça.
- e) Ato Normativo Conjunto do Presidente do Tribunal de Justiça e do Corregedor-Geral da Justiça disciplinará a utilização de meio eletrônico para os atos de comunicação processual, substituindo, sempre que possível, o emprego de meio impresso.

13. Não se pode afirmar, conforme a Lei Estadual n.º 4.620/2005, que:

- a) o ingresso nas carreiras do Quadro Único do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro será mediante concurso público de provas, ou de provas e títulos, no primeiro padrão remuneratório da classe inicial da respectiva carreira, observados os limites legais das despesas com pessoal e a escolaridade exigida para o ingresso em cada carreira.

b) em caso de concurso regionalizado, os candidatos serão classificados por região, para os fins de provimento do cargo, só podendo haver remoção para outra região após dois anos da nomeação, de acordo com a lotação aprovada e observado o interesse da Administração.

c) o desenvolvimento do serventuário nas carreiras ocorrerá entre os padrões remuneratórios, a cada 02 anos, mediante promoção ou progressão funcional.

d) ao servidor que se encontrar na direção de serventias de Juízo e de Juizados Especiais é conferida a denominação funcional de Escrivão.

e) progressão funcional é a passagem do servidor para o padrão de vencimento imediatamente superior dentro de uma mesma classe.

LEGISLAÇÃO ESPECIAL (ITENS 2 E 3)

Herbert Almeida

14. José é funcionário estadual do Rio de Janeiro e praticou ato, no exercício de suas funções, que acabou gerando prejuízos à João, que figurava na qualidade de interessado em um processo administrativo. Nessa situação, de acordo com o que prevê o Decreto n.º 2.479/1979, é correto afirmar que

a) os danos sofridos pelo administrado devem ser pagos pelo Estado, ficando o servidor isento de qualquer ressarcimento.

b) pelo exercício regular de suas funções, o servidor não pode responder civilmente pelos seus atos.

c) a responsabilidade do servidor somente estaria configurada caso atuasse com dolo, vedada a penalização por atos praticados de maneira culposa.

d) José responderá perante a Fazenda Estadual em ação regressiva, que deve ser proposta após o trânsito em julgado da decisão que houver condenado a Fazenda a indenizar o terceiro.

e) caso a conduta do servidor também configure crime, fica vedada a cumulação das cominações das duas esferas.

LEGISLAÇÃO ESPECIAL (ITENS 5, 6 E 7)

Tiago Zanolla

15. Com base no Disposto do Regimento Interno do TJ-RJ, os habeas corpus, quando o coator for o Governador do Estado ou quando se tratar de crime sujeito à competência originária do Tribunal, desde que o coator não seja membro deste serão

- a) julgados e processados originariamente pelo Tribunal Pleno
- b) julgados em grau recursal pelo Tribunal Pleno
- c) julgados e processados originariamente pelo Órgão Especial
- d) julgados em grau recursal pelo Órgão Especial
- e) julgados e processados originariamente pelo Conselho da Magistratura

16. Com base no Disposto do Regimento Interno do TJ-RJ, os mandados de segurança impetrados contra atos do Tribunal de Contas serão julgados pelo

- a) Tribunal Pleno
- b) Órgão Especial
- c) Câmara Cível
- d) Câmara Criminal
- e) Conselho da Magistratura

17. Com base no Disposto do Regimento Interno do TJ-RJ, assinale a opção corretos membros da comissão de regimento interno serão

- a) Designados pelo Presidente do Tribunal
- b) Designados pelo Tribunal Pleno
- c) Designados pelo Órgão Especial
- d) Eleitos pelo Tribunal Pleno
- e) Eleitos pelo Órgão Especial

18. Com base no Disposto do Regimento Interno do TJ-RJ, o procedimento de inclusão, revisão ou cancelamento de verbete sumular será

- a) julgados e processados originariamente pelo Tribunal Pleno
- b) julgados pelo Tribunal Pleno
- c) julgados e processados originariamente pelo Órgão Especial

d) julgados pelo Órgão Especial

e) julgados e processados originariamente pelo Conselho da Magistratura

DIREITO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Ricardo Torques

19. A inclusão da pessoa com deficiência no trabalho pode ser feita por meio de colocação competitiva. São diretrizes da colocação competitiva, EXCETO:

- a) Realização de avaliações periódicas.
- b) possibilidade de participação de organizações da sociedade civil.
- c) prioridade no atendimento à pessoa com deficiência com menor dificuldade de inserção no campo de trabalho.
- d) respeito ao perfil vocacional e ao interesse da pessoa com deficiência apoiada.
- e) articulação intersetorial das políticas públicas.

ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO

Paulo Guimarães

20. Ética no Setor Público pode ser qualificada como:

- I. agir de acordo com o que está estabelecido em lei e, também, com os valores de justiça e honestidade.
- II. responsabilidade do servidor público por aquilo que fez e, também, por aquilo que não fez, mas que deveria ter feito.
- III. equilíbrio entre a legalidade e finalidade do ato administrativo, visando à consolidação da moralidade administrativa.
- IV. não omitir a verdade, ainda que contrária aos interesses da Administração.
- V. respeito ao cidadão, não protelando o reconhecimento dos seus direitos nem criando exigências além das estritamente necessárias.

Estão corretas:

- a) apenas as afirmativas I e V.
- b) apenas as afirmativas I, II e V.
- c) apenas as afirmativas III e V.
- d) apenas as afirmativas II e V.
- e) as afirmativas I, II, III, IV e V.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Antônio Daud

21. Quanto à convalidação dos atos administrativos, é correto afirmar que

- a) pode acarretar prejuízo a terceiros, se atender ao interesse público.
- b) é ato que deve, obrigatoriamente, ser motivado.
- c) pode acarretar lesão ao interesse público, se atender a pleito de terceiros.
- d) pode decorrer do controle judicial dos atos administrativos, como regra.
- e) pode ocorrer sobre ato com vício de finalidade.

22. Em relação ao poder do chefe do Executivo para expedir decretos autônomos, é correto afirmar que:

- a) tais atos buscam permitir a fiel execução da lei.
- b) trata-se de atribuição exclusiva, não passível de delegação.
- c) em determinados casos pode resultar na extinção de cargos e funções públicas.
- d) pode resultar na extinção de órgãos públicos.
- e) pode dispor ilimitadamente sobre tema afeto à organização e funcionamento da administração.

23. Em relação à disciplina concernente ao desfazimento dos atos administrativos, é correto asseverar que:

- a) a revogação impede os efeitos jurídicos que o ato, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir aqueles já produzidos.
- b) o controle judicial não pode versar sobre atos discricionários.
- c) a anulação decorre do juízo, administrativo ou judicial, de que o ato desatende ao interesse público.
- d) a contraposição consiste no surgimento de novo ato com efeitos contrapostos a outro já praticado.
- e) o controle judicial dos atos administrativos prescinde de provocação.

24. Consoante dispõe expressamente a Lei 8.666/1993, é dispensável a licitação para contratação relativa à(ao):

- a) venda de títulos na forma da legislação pertinente.
- b) prestação de determinados serviços técnicos, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização.
- c) aquisição de gêneros junto a fornecedor exclusivo.
- d) para prestação de serviços de informática a pessoa jurídica de direito público, por entidades que integrem a Administração Pública, criados para esse fim específico.
- e) compra de material para uso administrativo pelas forças armadas.

25. Determinado ente público do Estado do Rio de Janeiro realizou procedimento licitatório entre interessados cadastrados que ofertarem o menor preço, permitindo-se, ainda, a participação daqueles que atendam às condições exigidas para cadastramento até o 3º dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação. É correto afirmar que o prazo de antecedência mínima entre a publicação do aviso de licitação e o recebimento das propostas deve ser de:

- a) 5 dias úteis.
- b) 8 dias úteis.
- c) 15 dias.
- d) 30 dias.
- e) 45 dias.

26. Segundo a Lei Geral de Licitações e Contratos, é cláusula obrigatória em todo contrato administrativo aquela que estabelece:

- a) o orçamento estimado da licitação em planilhas de quantitativos e preços unitários.
- b) o crédito pelo qual correrá a despesa, com a indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica.
- c) a legislação aplicável à execução do contrato, exceto quanto aos casos omissos.
- d) a independência do ajuste em relação ao edital de licitação.
- e) o local onde poderá ser examinado e adquirido o projeto básico.

27. Considerando a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF) quanto à exigência de exame psicotécnico para a habilitação de candidato a cargo público, é correto afirmar que

- a) o edital de concurso público goza de legitimidade para exigir, por si só, a sujeição do candidato a exame psicotécnico.
- b) o exame psicotécnico pode ser exigido dos candidatos a cargo público mediante previsão única em decreto federal.
- c) o exame psicotécnico pode ser exigido dos candidatos a cargo público mediante previsão única em decreto estadual.
- d) o exame psicotécnico deve basear-se em critérios objetivos de reconhecido caráter científico.
- e) sua exigência prescinde do oferecimento do direito de recurso na via administrativa.

28. No que se refere à descentralização administrativa, pode-se afirmar que

- a) resulta na criação dos estados e municípios.
- b) permitiu a criação das secretarias do Estado do Rio de Janeiro.
- c) resulta sempre na transferência da titularidade e da execução de serviços públicos.
- d) a descentralização por colaboração resulta na transferência do serviço público para autarquias, fundações públicas, empresas públicas ou sociedades de economia mista.
- e) a descentralização por colaboração, também chamada de delegação, não depende de previsão legal específica.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Túlio Lages

29. Sobre o Poder Judiciário é correto afirmar:

- a) Lei complementar, de iniciativa do Conselho Nacional de Justiça, disporá sobre o Estatuto da Magistratura.
- b) Não será promovido o juiz que, injustificadamente, reter autos em seu poder além do prazo legal.
- c) Os Tribunais e Juízes Militares estão vinculados ao Ministério da Defesa, não integrando o Poder Judiciário.

d) Aos servidores é vedada a prática de atos de mero expediente sem caráter decisório.

e) Lei complementar disporá sobre a criação de juizados especiais no âmbito da Justiça Federal.

30. Sobre a organização político-administrativa do Estado, de acordo com a Constituição Federal, é correto afirmar:

- a) Os Estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros, ou formarem novos Estados ou Territórios Federais, mediante aprovação da população diretamente interessada, através de plebiscito, e do Congresso Nacional, por emenda constitucional.
- b) São bens dos Estados os recursos minerais, inclusive os do subsolo.
- c) São reservadas aos Estados as competências que não lhes sejam vedadas pela Constituição Federal.
- d) Compete aos Estados e Municípios legislar sobre assuntos de interesse local.
- e) É facultada aos Municípios a criação de Tribunais, Conselhos ou órgãos de Contas Municipais, a fim de prestarem auxílio ao exercício do controle externo da Câmara Municipal.

31. Acerca dos dispositivos constitucionais sobre o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), é correto afirmar:

- a) O CNJ é composto por 15 membros, vedada a recondução.
- b) Compete ao CNJ rever, de ofício ou mediante provocação, os processos disciplinares de juízes e membros de tribunais julgados há mais de um ano.
- c) Nas ausências e impedimentos do Presidente do Supremo Tribunal Federal, o CNJ será presidido pelo Presidente do Superior Tribunal de Justiça.
- d) Os membros do CNJ serão nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal.
- e) É competência do CNJ, além de outras previstas na Constituição Federal, elaborar semestralmente relatório estatístico sobre processos e sentenças prolatadas, por unidade da Federação, nos diferentes órgãos do Poder Judiciário.

32. Acerca dos dispositivos constitucionais sobre as Funções Essenciais à Justiça, é correto afirmar:

- a) A proposta orçamentária do Ministério Público será elaborada pelo Poder Executivo, dentro dos limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias.
- b) A Constituição Federal prevê o Ministério Público Eleitoral como integrante do Ministério Público da União.
- c) O Conselho Nacional do Ministério Público é presidido pelo Procurador-Geral da República.
- d) É permitido ao membro do Ministério Público participar de sociedade comercial, na forma da lei, desde que atendidos os requisitos previstos na Constituição Federal.
- e) É competência do Ministério Público a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados.

33. Sobre a Administração Pública e os Servidores Públicos, de acordo com o que prevê o texto constitucional, é correto afirmar:

- a) Ao servidor público da administração direta, autárquica e fundacional, no exercício de mandato eletivo, na hipótese de ser segurado de regime próprio de previdência social, perderá a condição de filiado a esse regime, no ente federativo de origem, devendo realizar uma nova inscrição ao término do mandato eletivo.
- b) É possível a incorporação de vantagens de caráter temporário à remuneração do cargo efetivo.
- c) Os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário publicarão semestralmente os valores do subsídio e da remuneração dos cargos e empregos públicos.
- d) A fixação dos padrões de vencimento e dos demais componentes do sistema remuneratório observará a natureza, o grau de responsabilidade e a complexidade dos cargos componentes de cada carreira.
- e) Para a aquisição da estabilidade de servidor público, faculta-se a avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade.

34. Em relação aos Direitos e Garantias Fundamentais presentes na Constituição Federal, é correto afirmar:

- a) Em caso de ilegalidade ou abuso de poder, é assegurado o direito de petição aos Poderes Públicos, facultando-se a cobrança de taxas.
- b) É reconhecida a instituição do júri, sendo assegurada a publicidade das votações.
- c) A lei penal não retroagirá, salvo para beneficiar o réu.
- d) Constitui crime inafiançável e insuscetível de graça ou anistia a ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático.
- e) Ninguém será considerado culpado até a condenação em Tribunal de segunda instância.

35. Acerca dos Princípios Fundamentais da Constituição da República de 1988, é correto afirmar:

- a) Constitui princípio norteador do Brasil nas relações internacionais promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.
- b) O pluralismo político constitui objetivo fundamental da República Federativa do Brasil.
- c) Constitui objetivo fundamental da República Federativa do Brasil garantir o desenvolvimento regional.
- d) São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo, o Judiciário e o Ministério Público.
- e) A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.

36. Sobre o Poder Executivo e os dispositivos constitucionais correspondentes é correto afirmar:

- a) Compete privativamente ao Presidente da República nomear os magistrados, nos casos previstos na Constituição Federal, e o Advogado-Geral da União.
- b) Compete privativamente ao Presidente da República dispor, mediante decreto, sobre a organização e o funcionamento da administração federal, implicando aumento de despesa e criação ou extinção de órgãos públicos.
- c) O mandato do Presidente da República é de quatro anos e terá início no primeiro dia útil de janeiro do ano seguinte ao da sua eleição.
- d) Sem licença do Congresso Nacional, o Presidente e o Vice-Presidente da República poderão ausentar-se do País por período até vinte dias, sob pena de perda do cargo.
- e) Em caso de impedimento do Presidente e do Vice-Presidente da República, o primeiro na linha sucessória é o Presidente do Senado Federal.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Ricardo Torques

37. Sâmia teve reconhecido em juízo o direito à indenização. Apesar de estar em curso o cumprimento da decisão, como o valor demorou muito tempo a ser pago, Sâmia apresentou reclamação perante o Juízo. Sobre a situação, assinale a alternativa correta:

- a) O princípio da celeridade da Justiça não abrange o cumprimento das decisões.
- b) Sâmia deveria apresentar reclamação perante o devedor, pois é dele que depende o pagamento.
- c) Não há previsão específica no CPC a respeito da celeridade no cumprimento de sentença.
- d) Sâmia deve demonstrar o pequeno valor da indenização para que seja haja o direito à celeridade de justiça.
- e) A atividade satisfativa faz parte da prestação jurisdicional integral, devendo observar a celeridade.

38. Sobre a assistência processual, assinale a alternativa correta:

- a) Não é possível a rejeição liminar do pedido de assistência.
- b) O pedido de ingresso como assistente pode ser impugnado no prazo de 15 dias.
- c) O terceiro com interesse meramente econômico na lide não pode ingressar como assistente.
- d) Não é possível o ingresso de assistente no curso de recurso extraordinário.
- e) Não é possível o ingresso de assistente durante o cumprimento de sentença.

39. Quando não houver previsão de prazo legal para certo ato e tampouco o juiz tenha determinado prazo específico, o prazo para a prática do ato a cargo da parte será de:

- a) 48 horas.
- b) 3 dias.
- c) 5 dias.
- d) 10 dias.
- e) 15 dias.

40. Quanto o ato processual for praticado por meio eletrônico, considera-se o ato realizado no dia:

- a) certificado pela Secretaria Judiciária.
- b) mencionado na petição.
- c) do despacho do juiz.
- d) do envio ao sistema do Poder Judiciário.
- e) final do prazo.

41. Em certo processo de indenização, o réu, citado, não apresentou contrarrazões. O juiz, revendo a petição, verifica que os fatos narrados são inverossímeis. Sobre a situação, assinale a alternativa correta:

- a) o juiz deve determinar outra citação do réu.
- b) não se aplica a revelia nesta situação, devendo o autor provar suas alegações.
- c) o pedido deve ser julgado liminarmente improcedente.

d) apesar de se aplicar a revelia, o autor deve provar suas alegações.

e) a petição é inepta, devendo ser indeferida.

42. Quando há reprodução de ação anteriormente ajuizada, verifica-se:

a) a conexão ou a coisa julgada, dependendo do trânsito em julgado da ação anterior.

b) a inépcia da petição, em qualquer caso.

c) a coisa julgada, em qualquer caso.

d) a litispendência, em qualquer caso.

e) a litispendência ou a coisa julgada, dependendo do trânsito em julgado da ação anterior.

43. São princípios da conciliação e da mediação, EXCETO:

a) decisão informada.

b) informalidade.

c) imparcialidade.

d) autonomia da vontade.

e) publicidade.

44. Sobre o litisconsórcio na ação popular, assinale a alternativa correta:

a) não pode ser incluído no polo passivo da ação como litisconsorte do ente público funcionário que autorizou a prática do ato questionado.

b) é vedada a formação de litisconsórcio ativo incidentalmente ao curso da demanda.

c) os beneficiários indiretos do ato podem ser incluídos no polo passivo da demanda.

d) o Ministério Público pode ingressar como litisconsorte no polo ativo da demanda.

e) qualquer cidadão pode ingressar no polo ativo da demanda como litisconsorte.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Fernando Bezerra

45. Sobre o tema Inquérito Policial, assinale a alternativa correta.

a) Logo que tiver conhecimento da prática da infração penal, a autoridade policial poderá colher informações sobre a existência de filhos, respectivas idades e se possuem alguma deficiência e o nome e o contato de eventual responsável pelos cuidados dos filhos, indicado pela pessoa presa.

b) O ofendido, ou seu representante legal, o indiciado e as testemunhas poderão requerer qualquer diligência, que deverá ser realizada pela autoridade no curso do inquérito policial.

c) Do despacho da autoridade policial que indeferir o requerimento de abertura de inquérito policial caberá recurso para o juiz competente no prazo de 05 (cinco) dias.

d) De acordo com os prazos previstos no Código de Processo Penal, caso o indiciado esteja preso, em flagrante, preventiva ou temporária, o inquérito policial deverá ser concluído no prazo de 10 dias, mas se o indiciado estiver solto, mediante fiança ou sem ela, o inquérito policial deverá ser concluído no prazo de 30 dias.

e) Incumbirá à autoridade policial representar pela prisão preventiva durante a fase de investigação policial.

46. De acordo com o Código de Processo Penal e o entendimento dos tribunais superiores, assinale a alternativa correta:

a) A Polícia Judiciária será exercida pelas autoridades policiais no território de suas respectivas jurisdições e terá por fim a apuração das infrações penais e da sua autoria.

b) A Polícia Administrativa tem como funções precípua o patrulhamento ostensivo, a prevenção de infrações penais inclusive apurando-lhes materialidade e autoria.

c) O delegado de polícia não pode arquivar autos de inquérito policial, no entanto deve encerrar o inquérito no prazo estabelecido em lei após a confecção do relatório com a descrição minuciosa das diligências encetadas naquele procedimento.

d) o advogado possui acesso amplo aos elementos de prova relacionados a diligências já documentadas em procedimento investigatório realizado por órgão com competência de polícia judiciária quando digam respeito ao exercício do direito de defesa de seus clientes, não sendo possível exigir tal prerrogativa nas investigações diretas do MP por não se tratar de órgão com competência de polícia judiciária.

e) Os autos do Inquérito Policial devem ser escritos, no entanto as diligências orais não precisam ser reduzidas a termo.

47. Acerca do tema Prisão, assinale a alternativa correta.

I) O flagrante próprio ocorre quando o indivíduo é encontrado, logo depois, pela autoridade, com instrumentos, armas, objetos ou papéis que façam presumir ser ele autor da infração.

II) Só é lícito o uso de algemas em casos de resistência e de fundado receio de fuga ou de perigo à integridade física própria ou alheia, por parte do preso ou de terceiros, justificada a excepcionalidade por escrito, sob pena de responsabilidade disciplinar, civil e penal do agente ou da autoridade e de nulidade da prisão ou do ato processual a que se refere, sem prejuízo da responsabilidade civil do Estado.

III) Em relação às garantias constitucionais do preso, a prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre deverão ser comunicados no prazo de vinte e quatro horas ao juiz competente e à família do preso ou à pessoa por ele indicada.

Assinale a sequência correta:

a) V, F, V.

b) V, F, F.

c) V, V, F.

d) F, F, V.

e) F, V, F.

48. Conforme as disposições processuais penais vigentes no Brasil, assinale a alternativa INCORRETA:

a) O juiz poderá, de ofício ou a pedido das partes, revogar a prisão preventiva se, no correr da

investigação ou do processo, verificar a falta de motivo para que ela subsista, bem como novamente decretá-la, se sobrevierem razões que a justifiquem;

b) Decretada a prisão preventiva, deverá o órgão emissor da decisão revisar a necessidade de sua manutenção a cada 90 (noventa) dias, mediante decisão fundamentada, de ofício, sob pena de tornar a prisão ilegal;

c) Não será admitida a decretação da prisão preventiva com a finalidade de antecipação de cumprimento de pena ou como decorrência imediata de investigação criminal ou da apresentação ou recebimento de denúncia;

d) Em qualquer fase da investigação policial ou do processo penal, caberá a prisão preventiva decretada pelo juiz, de ofício, se no curso da ação penal, ou a requerimento do Ministério Público, do querelante ou do assistente, ou por representação da autoridade policial;

e) A decisão que decretar a prisão preventiva deve ser motivada e fundamentada em receio de perigo e existência concreta de fatos novos ou contemporâneos que justifiquem a aplicação da medida adotada.

49. Julgue os itens a seguir:

I. A lei processual penal terá a sua aplicação imediata, interferindo inclusive nos atos realizados sob a vigência da lei anterior.

II. Dar-se-á habeas corpus sempre que alguém sofrer ou se achar na iminência de sofrer violência ou coação ilegal na sua liberdade de ir e vir, salvo nos casos de punição disciplinar.

III. A lei processual penal não admitirá interpretação extensiva e aplicação analógica, somente utilizará como suplemento os princípios gerais de direito.

Assinale a alternativa correta.

a) Somente os itens I e II estão corretos.

b) Somente os itens II e III estão corretos.

c) Somente o item II está correto.

d) Somente o item III está correto.

e) Todos os itens estão corretos.

50. Em relação às disposições constitucionais aplicáveis ao Processo Penal, julgue os itens abaixo.

I. Caso a prisão realizada seja ilegal, esta deverá ser imediatamente relaxada pela autoridade judiciária.

II. Ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade policial competente, salvo nos casos de transgressão militar ou crime propriamente militar, definidos em lei;

III. O preso será informado de seus direitos, entre os quais o de permanecer calado, sendo-lhe assegurada a assistência somente de advogado;

Assinale a sequência correta:

- a) V, F, V.
- b) V, F, F.
- c) V, V, F.
- d) F, F, V.
- e) F, V, F.

51. Acerca da Ação Penal, julgue os itens abaixo.

I) Em qualquer momento da ação penal, o ofendido poderá exercer o direito de se retratar da representação.

II) A renúncia ao exercício do direito de queixa, em relação a um dos autores do crime, a todos se estenderá.

III) Nos crimes de ação pública, esta será promovida por denúncia do Ministério Público, mas dependerá, quando a lei o exigir, de requisição do Ministro da Justiça, ou de representação do ofendido ou de quem tiver qualidade para representá-lo.

Assinale a sequência correta.

- a) F, F, V.
- b) V, F, V.
- c) V, V, F.
- d) F, V, V.
- e) F, F, F.

52. Em relação aos assistentes e auxiliares da justiça, assinale a alternativa correta.

a) O perito não oficial não estará sujeito à disciplina judiciária.

b) Ao Ministério Público cabe fiscalizar a execução da lei.

c) Caso o acusado esteja ausente ou foragido, será processado ou julgado sem defensor.

d) O juiz estará impedido de atuar no processo em que for amigo íntimo ou inimigo capital do acusado.

e) Nenhuma das alternativas anteriores.

LEGISLAÇÃO

Tiago Zanolla

Com base na consolidação normativa judicial, julgue os itens a seguir:

53. As serventias judiciais afixarão, em local visível e que facilite o acesso e a leitura pelos interessados, quadro com as tabelas publicadas anualmente pela Corregedoria Geral da Justiça, com os valores de custas ou emolumentos correspondentes a cada ato, atualizados e expressos em moeda corrente.

O referido quadro terá dimensões

- a) máximas de 1,00m x 0,50m
- b) mínimas de 1,00m x 0,50m
- c) máximas de 2,00m x 0,50m
- d) mínimas de 2,00m x 0,50m
- e) N.D.A.

54. Receber diretamente importância destinada ao pagamento de custas, emolumentos e taxa judiciária, salvo expressa determinação legal por servidor remunerado pelos cofres públicos é

- a) Considerado falta média
- b) Considerado falta leve
- c) Considerado falta grave
- d) Considerado falta gravíssima
- e) Não é considerado falta

55. As cartas precatórias de trâmite exclusivo neste Estado, expedidas para cumprimento de diligências ou atos processuais determinados de ofício pelo Juízo ou a requerimento do Ministério Público

- a) suscitam o recolhimento antecipado de custas, que devem ser pagas, até 48 horas antes do cumprimento do ato.
- b) suscitam o recolhimento antecipado de custas, que devem ser pagas, até 24h horas antes do cumprimento do ato.
- c) não suscitam o recolhimento antecipado de custas, que devem ser pagas, após o seu efetivo cumprimento e devolução, no juízo deprecante, pelo autor.
- d) , não suscitam o recolhimento antecipado de custas, que devem ser pagas, após o seu efetivo cumprimento e devolução, no juízo deprecante, pelo réu.
- e) não suscitam o recolhimento antecipado de custas, que devem ser pagas, após o seu efetivo cumprimento e devolução, no juízo deprecante, pelo requerente.

56. Art. 172. A administração _____ das escrivâneas deverá observar os princípios da _____ e será organizada segundo o padrão do processamento integrado em equipes, sendo exercida pelo _____, sob a supervisão do _____ em exercício na vara.

Preenche corretamente as lacunas acima:

- a) externa; legalidade e produtividade; Juiz de Direito; Chefe de Serventia.
- b) interna; legalidade e da eficiência; Chefe de Serventia; Juiz de Direito.
- c) externa; produtividade e eficiência; Juiz de Direito; Corregedor-Geral da Justiça.
- d) interna; moralidade e eficiência; Chefe de Serventia; Corregedor-Geral da Justiça.
- e) externa; publicidade e legalidade; Juiz de Direito; Corregedor-Geral da Justiça.

57. Em Comarca de reduzido movimento de feitos, os livros

- a) Serão finalizados com 150 folhas

- b) Serão finalizados com 100 folhas

- c) Serão finalizados com 50 folhas

- d) Poderão, a critério do Juiz, serem substituídos por exemplar único.

- e) poderão, a critério do Corregedor-Geral da Justiça, serem substituídos por exemplar único.

58. O órgão oficial de divulgação dos atos judiciais referentes aos processos em tramitação em todas as Comarcas do Estado é denominado

- a) Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro - DOERJ

- b) Diário Oficial da União - DOU

- c) Diário da Justiça Eletrônico do Rio de Janeiro - DJERJ

- d) Diário da Justiça Eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro - DJETJRJ

- e) Diário Oficial do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro - DOTJERJ

59. Salvo disposição legal ou determinação judicial em contrário, constarão dos respectivos atos os prazos de

- a) 30 dias, para o cumprimento de precatórias e alvarás, exceto o alvará de soltura.

- b) 15 dias, para o cumprimento de precatórias e alvarás, exceto o alvará de soltura.

- c) 10 dias, para o cumprimento de precatórias e alvarás, exceto o alvará de soltura.

- d) 5 dias, para o cumprimento de precatórias e alvarás, exceto o alvará de soltura.

- e) 3 dias, para o cumprimento de precatórias e alvarás, exceto o alvará de soltura.

60. Salvo disposição legal ou determinação judicial em contrário, constarão dos respectivos atos os prazos de

- a) 30 dias, para a resposta a expediente do Juízo.

- b) 15 dias, para a resposta a expediente do Juízo.

- c) 10 dias, para a resposta a expediente do Juízo.

- d) 5 dias, para a resposta a expediente do Juízo.

- e) 3 dias, para a resposta a expediente do Juízo.

Preencha o Gabarito!

<https://bit.ly/Simulado-TJRJ-Técnico-28-06-20>

Conheça nosso sistema de questões!

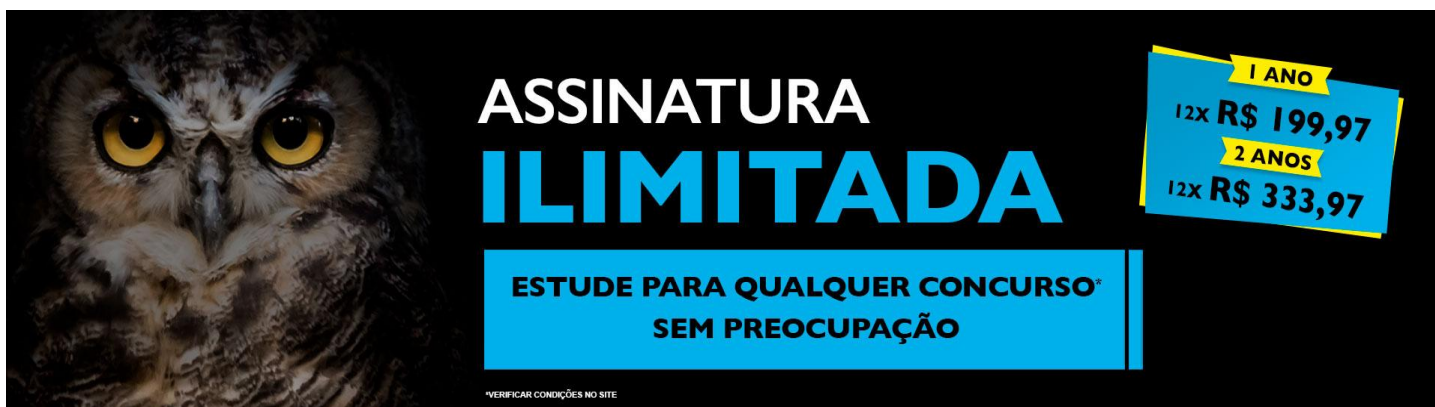
Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no banner e aproveite os descontos e bônus imperdíveis!



Concursos

Não é assinante?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no banner!

A banner with a dark background. On the left is a close-up of an owl's face with large yellow eyes. In the center, the text 'ASSINATURA ILIMITADA' is written in large, bold, white and blue letters. Below this, a blue box contains the text 'ESTUDE PARA QUALQUER CONCURSO SEM PREOCUPAÇÃO'. On the right, there is a blue price tag with yellow accents. The tag shows '1 ANO' and '12X R\$ 199,97' in the top section, and '2 ANOS' and '12X R\$ 333,97' in the bottom section. At the bottom left of the banner, there is a small text: '*VERIFICAR CONDIÇÕES NO SITE'.